



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 024/2021

1. QUADRO RESUMO	
1.01 Título e Objetivo Geral:	Credenciamento de Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde do Estado do Espírito Santo, na realização de Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias em pacientes de 0 a 130 anos assistidos pela Regional Sul de Saúde.
1.02 Delimitação do Objeto a ser licitado:	Credenciamento de Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde do Estado do Espírito Santo, na realização de Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias em pacientes de 0 a 130 anos assistidos pela Regional Sul de Saúde, conforme descrito no Anexo I deste termo.
1.03 Modalidade de Licitação e Base Legal:	Credenciamento/Contratação, conforme Lei nº 8.666/93, Lei 8.080/90, Lei Estadual 9.090/2008 e Lei Complementar 907/2019.
1.04 Estimativa de Custo Global (inciso II, § 2º, art. 40, Lei 8.666/93):	R\$ 1.052.940,00 (Hum milhão cinquenta e dois mil novecentos e quarenta reais), equivalente a 3.270 (Três mil duzentos e setenta exames ano). Valor unitário, conforme Tabela SIGTAP , descrito no item 3.1 deste Termo de Referência.
1.05 Prazo estipulado de vigência contratual:	O prazo de vigência contratual terá duração enquanto vigor o Edital de Credenciamento.
1.06 Informação Orçamentária:	Programa de Trabalho: 20.44.901.10.302.0030.2185 Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39.00 e 3.3.3.90.91.00 Fonte: "104" ou "155"
1.07 Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização:	Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim – SRSCI
1.08 Equipe responsável pela elaboração do termo de referência:	
1. Nome: Magda Santos Soares Callegari; Nº Funcional: 2702983 2. Nome: Samilla Coelho Figueira; Nº Funcional: 3669726 Setor: Núcleo de Regulação do Acesso – NRA/SRSCI Telefone: (28) 3526-4300	



E-mail: crrsul@saude.es.gov.br

1.09 Versão e data do Termo de Referência:	Versão 1.00 – 30/04/2021
1.10 Data prevista para implantação:	14/06/2021

1.11 Fiscalização:

O fiscal de contrato estará vinculado à Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim e será designado pelo gestor quando da formalização do contrato.

1. DO OBJETO

Visa o presente Termo de Referência a detalhar os elementos necessários ao Credenciamento de Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Estado do Espírito Santo, na realização de **Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias** em pacientes de 0 a 130 anos assistidos pela Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim – SRSCI, conforme descrito no Anexo I deste termo.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim – SRSCI realiza atendimento à população pertencente aos 26 municípios que compõem à Região Sul de Saúde, com aproximadamente 678.071 habitantes.

Considerando que é um exame de imagem da medicina nuclear que utiliza doses mínimas de substâncias radioativas no diagnóstico de diversas patologias. O exame é realizado através de aplicação intravenosa ou oral de rádio fármaco no paciente;

Considerando que a Secretaria de Estado da Saúde a fim de suprir a demanda crescente de **Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias**, desde o ano, de 2018, adquiriu através de Credenciamento de Serviços, utilizando como balizador o valor praticado na Tabela SIGTAP, atendendo assim as 4 Regiões de Saúde;

Considerando que, atualmente, está Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim – SRSCI tem uma oferta mensal de 218 exames/mês para **Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias** conforme Contrato vigente nº038/2018, Processo nº53420683, perfazendo um quantitativo anual de 2.616 exames/ano;

Considerando Ofício/SESA/SSERCAS/GMOCS/NEC nº03/2020-CIRCULAR, referente a reavaliação dos editais de credenciamentos, onde sinaliza que cada Superintendência Regional de Saúde deverá formular novos editais, publicar e credenciar novos serviços, com base na minuta padronizada pela PGE;



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

Considerando que o Contrato em tela está aditivado e com vigência de 01/08/2020 a 31/07/2021;

Considerando demonstrativo da série histórica dos **Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias** ofertado por esta Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim – SRSCI;

Quantidade de exames realizados através de Credenciamento de Serviços	
17/07/2018 a 16/07/2019	01/08/2019 a 31/07/2020
1.813	2.108**

***O quantitativo de exames realizados no ano de 2019/2020, se dá em virtude da publicação da Portaria nº038-R de 19 de março de 2020, que suspendeu os atendimentos eletivos (consultas e exames) de forma presencial ocasionados pela Pandemia de COVID-19.*

Por todo o exposto, resta comprovada a necessidade da efetiva contratação dos **Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias**, na modalidade de credenciamento, objeto deste Termo de Referência, com vistas a garantir a continuidade dos serviços, proporcionando agilidade ao atendimento das demandas cadastradas no sistema de regulação.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E NECESSIDADE

3.1 Execução pelo CREDENCIADO de exames de diagnóstico por imagem no nível ambulatorial, na área de MEDICINA NUCLEAR/CINTILOGRAFIA a serem utilizados pelos indivíduos que deles necessitem.

O Serviço Credenciado deve estar de acordo com **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 38, DE 4 DE JUNHO DE 2008**, que estabelece os requisitos e parâmetros de controle sanitário para o funcionamento de serviços de medicina nuclear visando à defesa da saúde dos pacientes, dos profissionais envolvidos e do público em geral.

Os tipos de Cintilografia, previstos neste Edital, são aqueles descritos nas normativas do Ministério da Saúde. Segue abaixo o quadro dos tipos de Cintilografia previsto na Tabela SUS.

CÓDIGO SUS	TIPOS DE CINTILOGRAFIA
	APARELHO CARDIOVASCULAR
02.08.01.001-7	CINTILOGRAFIA DE CORACAO C/ GALIO 67
02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE ESTRESSE (MINIMO 3 PROJEÇÕES)
02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE REPOUSO (MINIMO 3 PROJEÇÕES)
02.08.01.004-1	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ LOCALIZACAO DE NECROSE (MINIMO 3 PROJEÇÕES)
02.08.01.005-0	CINTILOGRAFIA P/ AVALIACAO DE FLUXO SANGUINEO DE EXTREMIDADES
02.08.01.006-8	CINTILOGRAFIA P/ QUANTIFICACAO DE SHUNT EXTRA- CARDIACO
02.08.01.007-6	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUACAO DE ESFORCO
02.08.01.008-4	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUACAO DE REPOUSO (VENTRICULOGRAFIA)
02.08.01.009-2	DETERMINACAO DE FLUXO SANGUINEO REGIONAL
	APARELHO DIGESTIVO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

02.08.02.001-2	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MÍNIMO 5 IMAGENS)
02.08.02.002-0	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES
02.08.02.003-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTIMULO
02.08.02.004-7	CINTILOGRAFIA DE PANCREAS
02.08.02.005-5	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)
02.08.02.006-3	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLIDO)
02.08.02.007-1	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO GASTRICO
02.08.02.008-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE DE MECKEL
02.08.02.009-8	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA
02.08.02.010-1	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGES TIVA NAO ATIVA
02.08.02.011- 0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO- ESOFAGICO
02.08.02.012-8	IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPO MONOCLONAL)
	APARELHO ENDÓCRINO
02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES
02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTACAO
02.08.03.003-4	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ TESTE DE SUPRESSAO / ESTIMULO
02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO
02.08.03.005-0	TESTE DO PERCLORATO C/ RADIOISOTOPO
	APARELHO GENITURINÁRIO
02.08.04.001-3	CAPTAÇÃO DE IODO RADIOATIVO EM 24 H
02.08.04.002-1	CINTILOGRAFIA DE RIM C/ GALIO 67
02.08.04.003-0	CINTILOGRAFIA DE TESTICULO E BOLSA ESCROTAL
02.08.04.004-8	CINTILOGRAFIA P/PESQUISA DO REFLUXO VESICO-URETRAL
02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)
02.08.04.006-4	CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA
02.08.04.007-2	CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA
02.08.04.008-0	DETERMINAÇÃO DE FILTRAÇÃO GLOMERULAR
02.08.04.009-9	DETERMINAÇÃO DE FLUXO PLASMÁTICO RENAL
02.08.04.0010-2	ESTUDO RENAL DINAMICO C/OU S/ DIURETICO
	APARELHO ESQUELÉTICO
02.08.05.001-9	CINTILOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO
02.08.05.002-7	CINTILOGRAFIA DE ESQUELETO (CORPO INTEIRO)
02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEIRO)
02.08.05.004-3	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/GALIO 67
	APARELHO NERVOSO
02.08.06.001-4	CINTILOGRAFIA DE PERFUSÃO CEREBRAL C/ TALIO (SPCTO)
02.08.06.002-2	CISTERNOCINTILOGRAFIA (INCLUINDO PESQUISA E/OU AVALIAÇÃO DO TRANSITO LIQUORICO)
02.08.06.003-0	ESTUDO DE FLUXO SANGUINEO CEREBRAL
	APARELHO RESPIRATÓRIO
02.08.07.001-0	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO C/GALIO 67
02.08.07.002-8	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO P/PESQUISA DE ASPIRAÇÃO
02.08.07.003-6	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR INALAÇÃO (MÍNIMO 2 PROJEÇÕES)
02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR PERFUSÃO (MÍNIMO 4 PROJEÇÕES)
	APARELHO HEMATOLOGICO
02.08.08.001-5	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)
02.08.08.002-3	DEMONSTRAÇÃO DE SEQUESTRO DE HEMACIAS PELO BAÇO (C/RADIOISOTOPOS)
02.08.08.003-1	DEMONSTRAÇÃO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS (C/RADIOISOTOPOS)
02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA
	OUTROS MÉTODOS
02.08.09.001-0	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/GALIO 67 P/PESQUISAS DE NEOPLASIAS
02.08.09.002-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULA LACRIMAL (DRACRIOCINTILOGRAFIA)
02.08.09.003-7	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)

Segue Tabela discriminando os municípios que compõem a Região Sul, bem como suas respectivas populações:

Região Sul	678.071
Alegre	30.084
Alfredo Chaves	14.601
Anchieta	29.263
Apiacá	7.567
Atílio Vivacqua	11.936
Bom Jesus Norte	9.936
Cachoeiro Itapemirim	208.972



Castelo	37.534
Divino S. Lourenço	4.304
Dores do Rio Preto	6.749
Guaçuí	30.867
Ibitirama	8.889
Iconha	13.860
Irupi	13.377
Itapemirim	34.348
Íuna	29.161
Jerônimo Monteiro	12.192
Marataízes	38.499
Mimoso do Sul	26.153
Muniz Freire	17.465
Muqui	15.449
Piúma	21.711
Presidente Kennedy	11.574
Rio Novo do Sul	11.622
São José do Calçado	10.556
Vargem Alta	21.402

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1** Possuir cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), com o profissional executante do serviço devidamente cadastrado e o CBO compatível com a especialidade credenciada.
- 4.2** Alvará Sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.
- 4.3** Comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina (art. 30, I Lei 8.666/93).
- 4.4** Possuir registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e quadro de profissionais habilitados para realização do objeto deste Termo.

Cód. Serviço	Classificação	Nome
151	001	Medicina Nuclear in Vivo (Medicina Nuclear)

- 4.5** Comprovação de que a proponente prestou, sem restrição, serviço igual ou semelhante ao indicado no presente Termo. A comprovação será feita por meio de apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado, emitido por pessoa física ou jurídica, tomadora do serviço, compatível com o objeto deste credenciamento.

5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

- 5.1** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade



competente (com firma reconhecida em cartório), contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da participante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

5.1.1 Para Sociedade Anônima e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação de:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas explicativas do balanço.

5.1.2 Para outras empresas:

- Balanço patrimonial registrado na Junta Comercial;
- Demonstração do resultado do exercício.
- Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

5.2 Somente serão habilitados os participantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral - ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

5.2.1 As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

i) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

ILG - Índice de Liquidez Geral;

AC - Ativo Circulante;

RLP - Realizável a Longo Prazo;

PC - Passivo Circulante;

PNC - Passivo Não Circulante*;

* Equivalente ao Exigível a Longo Prazo - ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009).



ii) Índice de Solvência Geral:

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;

AT – Ativo Total;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante*;

iii) Índice de Liquidez Corrente:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;

AC – Ativo Circulante;

PC – Passivo Circulante;

5.3 Os credenciados que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, ou prestar garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, na forma do § 1º do art. 56 do mesmo diploma legal, para fins de habilitação;

5.3.1 A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 8.666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais.

5.4 Certidões Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

5.4.1 No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura do credenciamento.



5.4.2 Caso o credenciado se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser cumprida, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação, constante neste edital.

Parágrafo primeiro. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

Parágrafo segundo. A comprovação dos índices referidos na alínea "5.2", bem como do patrimônio líquido aludido na alínea "5.3", deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados na alínea "5.1" deste item, constituído obrigação exclusiva do participante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

6. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.

6.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

6.3 Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício.

6.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

7. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

7.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante, e Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).

7.3 Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União.

7.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

7.5 Alvará de Localização Municipal.

7.6 Certificado Cadastral – CRC emitido junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.

7.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



7.8 Certidão de Regularidade no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES.

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da Credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I - A credenciada deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a credenciada poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a credenciada terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela credenciada a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1 Fiscalizar a execução do contrato mediante procedimentos de supervisão indireta ou in loco, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste termo e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

8.2 Providenciar a publicação do instrumento contratual.



8.3 Garantir o pagamento destinado à cobertura dos serviços executados desde que autorizados.

9. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário.

9.2 Manter sempre a qualidade na prestação de serviço executado.

9.3 Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente.

9.4 Esclarecer aos pacientes e familiares/responsáveis sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

9.5 Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE designados para tal fim, de acordo com os artigos 15, incisos I e XI e artigo 17, incisos II e XI da Lei Federal 8.080/90.

9.6 Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos profissionais necessários para execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos à CONTRATANTE e/ou MINISTÉRIO DA SAÚDE.

9.7 Justificar a CONTRATANTE ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste Termo de Referência;

9.8 Informar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, todos os dados sobre quantitativo de procedimentos realizados;

9.9 Prestar os serviços, objeto deste credenciamento, respeitando os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, de garantia e facilitação do acesso descentralizado aos usuários do SUS, com base nos princípios de regionalização e acessibilidade.

9.10 Comprovar os registros dos profissionais de saúde que executarão o serviço contratado, junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM e afins).

9.11 Manter o quadro de trabalhadores atualizado no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES), bem como os demais itens da estrutura.

9.12 Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

9.13 Executar o serviço contratado, sendo vedada a transferência de responsabilidade, titularidade, ou cessão total ou parcial da atividade.



9.14 A Contratada deverá possuir todos os mecanismos de suporte técnico assistencial aos pacientes que apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas a realização do procedimento.

10. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A prestação dos serviços, objeto deste contrato compreende a execução de procedimentos na área de Assistência Ambulatorial Especializada para pacientes/usuários do SUS, conforme descrito neste Termo.

10.2 Na execução dos serviços, objeto do credenciamento, os fluxos e rotinas serão normatizados por essa Superintendência Regional de Saúde e sua operacionalização estabelecida e informada aos serviços credenciados.

10.3 Os exames deverão ocorrer dentro de horário comercial, de segunda a sexta feira, uma vez que o transporte sanitário municipal é responsável pelo deslocamento do paciente até o local da prestação do serviço. Ressaltamos que este é o único meio do retorno do paciente a sua residência, haja vista que a maioria dos municípios que compõem a Superintendência Regional de Saúde não possui transporte urbano e rural dentro do próprio Município.

10.4 Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II; "b" da Lei no 8.666/93 e assim como na Lei Estadual 9.090/2008.

10.5 Os exames/procedimentos deverão ser realizados conforme critérios estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN) e RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 38, DE 4 DE JUNHO DE 2008.

10.6 Os laudos emitidos deverão ser elaborados por profissional Médico e especialista em Medicina Nuclear, devidamente registrado pelo Conselho Regional de Medicina, conforme definido no Código Brasileiro de Ocupação.

10.7 Disponibilizar o resultado do exame/procedimento, salvo exceções de dificuldades técnicas devidamente comprovadas, no mesmo dia de realização.

11. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

11.1 A SRSCI pagará pelos procedimentos o valor estabelecido na Tabela Unificada de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do SUS, disponibilizada no SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos Médicos e OPM do SUS) disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sigtap.datasus.gov.br.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

Dessa forma, indica-se a compra de **3.270** (Três mil duzentos e setenta exames ano) exames, totalizando um gasto de **R\$ 1.052.940,00** (Hum milhão cinquenta e dois mil novecentos e quarenta reais).

Os preços ora estipulados são fixos e irremovíveis, exceto quando houver alteração da tabela elaborada pelo Sistema Único de Saúde que importem em alteração do aporte de recursos financeiros da União em favor do Estado.

12. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará ao CREDENCIADO pelo serviço efetivamente prestado no período de referência, sendo vedada a antecipação, na forma abaixo:

12.1 Caberá ao Credenciado, após serviço efetivamente prestado, encaminhar via e-mail crrsul@saude.es.gov.br, em arquivo PDF, à Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim os documentos abaixo listados:

- Relação Nominal de pacientes atendidos;
- Autorização do Sistema Informatizado;
- Pedido Médico em Laudo BPAI;
- Laudo do exame realizado;
- Nota Fiscal;
- Certidões (Municipal, Estadual e Federal, elencadas no item 7 deste Termo).

12.2 A CONTRATANTE deverá providenciar o pagamento, após aprovação da documentação apresentada no item 12.1, emissão do Relatório SIASUS e ateste da prestação do serviço, pelo Fiscal do contrato.

12.3 Os exames realizados serão faturados pela Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, conforme rotina de faturamento nos sistemas de informações pertinentes.

13. DO PRAZO DA VIGÊNCIA

13.1 O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e terá duração enquanto vigor o edital de credenciamento.

13.2 Após publicação do Resumo do Contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, a Contratada terá 10 (dez) dias corridos para início da execução dos serviços.



14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O não cumprimento de quaisquer das obrigações da CONTRATADA ou inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará o CREDENCIADO à aplicação de multa de mora.

14.1.1 A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Credenciamento e aplique as outras sanções previstas no item 14.2 deste Edital e na Lei Federal nº. 8.666/93.

14.2 A inexecução total ou parcial do ajuste ensejará a aplicação das seguintes sanções ao CREDENCIADO:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 3% (três por cento) sobre o montante a receber pelo número de diárias no mês;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Nacional, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.



§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

14.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a SRSCI deverá notificar o CREDENCIADO, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do CREDENCIADO reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O CREDENCIADO comunicará a SRSCI as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo de credenciamento e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a SRSCI proferirá decisão fundamentada e adotarão as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do CREDENCIADO, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

14.4 Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao CREDENCIADO, relativos às parcelas efetivamente executadas sobre o serviço CREDENCIADO.

14.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do ajuste, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pelo CREDENCIADO.



15. DO DESCRENCIAMENTO E DA REVOGAÇÃO

15.1 O descumprimento de quaisquer condições previstas no Edital de Credenciamento, na Lei Federal nº. 8.666/93 Lei Federal 8.080/1990, Lei Estadual 9.090/2008, Lei Complementar Estadual 907/2019 e demais legislações vigentes, ensejará o descredenciamento da instituição e, conseqüentemente, a rescisão do contrato.

15.1.1 Naquilo que couber, serão adotados para o descredenciamento os mesmos procedimentos utilizados para a rescisão do Contrato.

15.1.2 Ocorrendo o descredenciamento o interessado somente poderá solicitar novo credenciamento após 06 (seis) meses, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.2 A Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos Credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

16. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, na pessoa do Ordenador de Despesa, designará formalmente o servidor e/ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e monitoramento da execução do objeto deste credenciamento.

16.2 O servidor/comissão responsável pela fiscalização dos serviços deverá atestar a prestação dos mesmos até o prazo de 05 (cinco) dias úteis após ciência e conferência do serviço realizado.

16.3 O servidor/comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução dos serviços, tendo a Contratada o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para se manifestar e/ou apresentar as correções necessárias ao recebimento do objeto, podendo o prazo ser prorrogado à critério da Administração.

16.4 Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução do contrato, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas, ficando a **Contratada** obrigada a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

16.5 Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a **Contratada** será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente ao serviço realizado.

16.6 A CONTRATADA deverá manter acesso permanentemente livre às dependências onde estiver instalada, bem como seus arquivos e controle referente à execução do contrato, para os servidores responsáveis pela fiscalização e qualquer outro representante do Estado.



16.7 Ocorrendo o descumprimento de quaisquer dos aspectos previstos no item 9 ou das obrigações e vedações constantes do Anexo I, a CONTRATADA será notificada para adequação no prazo determinado pela SRSCI.

16.8 Nos casos em que a CONTRATADA deixar de realizar as adequações no prazo estipulado e que tais adequações interfiram na segurança do paciente ou de seu acolhimento e cuidado, bem como no descumprimento de normas relativas à violação de direitos humanos, os novos encaminhamentos poderão ser suspensos cautelarmente mediante justificativa, até que se proceda a sua correção.

16.9 A notificação da contratada e a suspensão do envio de novos pacientes não dispensam a abertura de processo administrativo e a aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93.

17. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS

17.1. A **Contratada** deverá atender as especificações do objeto respeitando os limites de faixa etária.

17.2. Todos os insumos, equipamentos e recursos humanos necessários para a realização dos serviços serão de responsabilidade da **Contratada** excetuados os casos, em que por conveniência da administração, for mais proveitoso para o interesse público a realização dentro de instalação própria do poder público, nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 907, de 26 de abril de 2019.

17.3. A **Contratada** deverá responsabilizar-se pela organização e realização das agendas, de acordo com seu Plano Operativo ou o respectivo contrato.

17.4. A **Contratada** deverá comunicar imediatamente sobre qualquer situação imprevisível que cause alterações temporárias e imediatas de capacidade instalada e, conseqüentemente, da oferta de serviços em qualquer das Unidades Executantes, seja de caráter humano ou material. Esta informação deve ser feita de forma imediata, por e-mail ou telefone ao usuário, às Centrais Municipais de Regulação de residência do paciente e/ou à Unidade Básica de Saúde que solicitou o exame, bem como, à Central de Regulação Estadual.

17.5. A **Contratada** deverá registrar todos os usuários atendidos, devendo dar baixa nas "chaves de confirmação" do SISTEMA INFORMATIZADO DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL diariamente.

17.6. A **Contratada** deverá indicar profissional com representatividade para o referido contrato e comunicar oficialmente ao Núcleo de Regulação e Acesso da Superintendência Regional de Saúde. Este profissional deverá participar dos treinamentos e atualizações que se fizerem necessárias para o bom desempenho do serviço;



17.7. O profissional indicado pela **Contratada** será cadastrado no SISTEMA INFORMATIZADO DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL como Administrador Executante CMCE, recebendo seu respectivo LOGIN e SENHA. Esse profissional será responsável por:

- Realizar agenda e escalas de atendimento;
 - Verificar diariamente a agenda relacionada ao seu serviço no SISTEMA INFORMATIZADO DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL, podendo a critério do Núcleo de Regulação do Acesso da Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim realizar os agendamentos autorizados;
 - Confirmar a chegada do paciente com as “chaves de confirmação” do atendimento no SISTEMA INFORMATIZADO DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL.

17.8 A **Contratada** deverá conferir as documentações necessárias para realização do exame. Os usuários deverão apresentar-se no atendimento, munidos dos seguintes documentos: pedido médico em BPAI, Autorização do Sistema Informatizado de Regulação Ambulatorial e cópia do cartão nacional do SUS.

17.9 A Não observância pela **Contratada**, da documentação necessária mencionada no item 17.8, poderá implicar em **NÃO PAGAMENTO** da prestação dos serviços realizados.

17.10. Durante a execução dos serviços a **Contratada** estará sujeita à supervisão, pela **Contratante**, por meio de equipe composta por profissionais de saúde, sempre que considerar necessário.

17.11 A **Contratada** deverá cumprir imediatamente e sem embaraço, após o comunicado, às ordens judiciais expedidas em desfavor da SESA, assegurando a emissão de laudos e declarações de cumprimento por parte dos profissionais de saúde sob sua gerência, conforme os prazos solicitados pela autoridade judicial, e bem como assumir as eventuais despesas com multas que forem geradas por atrasos ou descumprimentos a que de causar direta.

18. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 O procedimento credenciado deverá ser prestado/executado na Região Sul nas Instalações das Entidades Credenciadas e/ou caso haja nas Instalações da Rede Própria da SESA da região supramencionada.

18.2 Caso não haja na Região nenhum prestador interessado em participar, mediante critérios estipulados no item 18.1, o quantitativo de exames estimados para este território será realocado nas Regiões de Saúde onde existe serviço credenciado respeitando o limite razoável de deslocamento dos pacientes.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

Cachoeiro de Itapemirim, 30 de Abril de 2021.

Aprovação:

Aprovo e autorizo a autuação deste processo no E-DOCS, após devolver ao setor demandante para início do procedimento licitatório.

José Maria Justo

Superintendente Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim/SRSCI
Secretaria de Estado da Saúde/SESA



ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO

I DA PERSONALIDADE JURÍDICA DAS CREDENCIADAS

A pessoa jurídica credenciada para prestação do **Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias** deverá ser Entidade Filantrópica, privada com ou sem fins lucrativos já vinculados ou não ao SUS.

II DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

II.1 A prestação de serviços do **Exames de Medicina Nuclear – Cintilografias** deverá atender à demanda dos 26 (vinte e seis) municípios que compõem a Macrorregião Sul, sendo contratados de acordo com a necessidade e disponibilidade de crédito orçamentário e financeiro.

II.2 Os estabelecimentos deverão obedecer a todos os critérios estabelecidos nas legislações vigentes.

III DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

III.1 A Entidade deverá possuir Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) com ações descritivas das técnicas e procedimentos relacionados ao cuidado do paciente. O POP deverá ser acessível e de conhecimento de todos os profissionais da equipe.

ASSINATURAS (3)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

SAMILLA COELHO FIGUEIRA
AGENTE DE SERVIÇO II QC-06
SESA - SRSCI
assinado em 04/05/2021 15:59:57 -03:00

JOSE MARIA JUSTO
SUPERINTENDENTE REGIONAL DE SAÚDE QCE-01
SESA - SRSCI
assinado em 04/05/2021 13:01:07 -03:00

MAGDA SANTOS SOARES CALLEGARI
CHEFE NÚCLEO QCE-05
SESA - NRA-CI
assinado em 04/05/2021 12:21:27 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 04/05/2021 15:59:57 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por SAMILLA COELHO FIGUEIRA (AGENTE DE SERVIÇO II QC-06 - SESA - SRSCI)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-RDTRN1>